



**Senhor Presidente da República, Excelência,**  
**Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação da**  
**Senhora Presidente da Assembleia da República**  
**Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**  
**Senhora Procuradora Geral da República**  
**Senhor Cardeal Patriarca**  
**Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados**  
**Ilustres Convidados**  
**Senhoras e Senhores**



1. Neste mesmo lugar, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial do ano passado, terminei a minha intervenção anunciando que o Ministério da Justiça ia estabelecer um acordo de princípio com a Câmara Municipal de Lisboa para a aquisição do antigo Tribunal da Boa Hora.

Começo, pois, dando continuidade ao que então foi dito, por prestar contas dos esforços que fizemos. E estou em condições de anunciar que, por despacho do Senhor Primeiro Ministro da tarde de ontem, e concluindo um processo longo que envolveu a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério das Finanças, o antigo Tribunal da Boa Hora foi finalmente devolvido ao Judiciário.

2. Mais do que readquirir o espaço, mais do que libertar outros espaços e permitir a optimização de recursos, a Boa Hora é uma responsabilidade a que não podemos fugir. E essa responsabilidade começa pela destino daquele lugar centenário, que já foi convento, lugar de fé, mas que contemporaneamente é por todos reconhecido como um antigo tribunal criminal, lugar de muita esperança, mas igualmente dos tribunais plenários, onde, em nome da Justiça, também se praticaram grandes injustiças!

Para cumprirmos a nossa cidadania, só temos um caminho a seguir: transformar a Boa-Hora num centro do conhecimento, da educação e da memória do Judiciário.

Como lembra Albert Camus, se os antigos filósofos pensavam mais do que liam, eis que se passou para uma nova fase, em que se lê e comenta muito mais do que se pensa. Ora, é imperioso recuperar a ideia e o pensamento já que, neste nosso tempo de *aldeia global* da comunicação, o direito não pode deixar de ser entendido, na esteira de Savigny, como *conhecimento criador e, portanto, como uma arte para alcançar o justo, evitando o injusto*.

3. Vivemos, pois, numa era que tem vindo a ser descrita como da sociedade do conhecimento.

O acesso ao conhecimento jurídico possui diversas dimensões e certamente re-



conhecemos que a formação contínua dos profissionais do direito é uma delas. Em relação aos magistrados, a formação contínua é um direito e é um dever.

Em épocas como a que estamos a viver de transformações jurídicas rápidas e estruturais, as tarefas que o Estado e a sociedade exigem do poder judiciário, terá que corresponder a preparação adequada das magistraturas. Exigência que é tanto maior quanto a aposta na especialização dos tribunais depende de magistrados preparados com rigor para o exercício dessas competências. Educação jurídica em todas as instâncias e dirigida a magistrados de todo o território nacional.

O sistema judicial terá assim que garantir a possibilidade de actualização e de especialização, de um lado, e de conciliar a formação com o exercício de funções de cada magistrado, de outro.

A realização desta tarefa exige adequadas metodologias formativas. Mas, segundo cremos, esta formação profissional deve ser feita no quadro de um modelo global, isto é, de uma cultura jurídica comum a juízes, procuradores, advogados e outros profissionais.

**4.** As tarefas do Centro de Estudos Judiciários são assim muito relevantes, não apenas no plano estrito da formação inicial dos magistrados, mas também no da construção de uma cultura forense exigente e empenhada na consolidação do Estado de direito democrático.

Para esta educação jurídica aberta aos profissionais do Direito, o edifício da Boa Hora oferece condições adequadas para instalar uma instituição de formação e de construção de conhecimento, como deve ser o Centro de Estudos Judiciários.

**5.** Mas, reitera-se, não há conhecimento sem memória, sem símbolo.

E a memória, para se preservar, precisa de um espaço onde se acomodem todos os momentos de que a nossa vida colectiva se foi fazendo ao longo dos tempos e que estão na base do sistema de justiça que temos vindo a construir. Ou seja um lugar para tratar, sistematizar e evidenciar a nossa História Judiciária.

O edifício da Boa-hora, até pelo papel relevante que desempenhou, é, pois, o lu-



gar adequado para acomodar, ainda, o futuro Museu do Judiciário.

Este projecto faz parte do nosso plano de trabalhos desde o primeiro momento, mas só hoje, com o regresso da Boa-Hora ao sistema de justiça, é possível lançar a primeira pedra da sua criação.

**Senhor Presidente da República, Excelência**

**Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**

**Excelências,**

6. O ano que passou foi repleto de caminhos trilhados e de passos dados na concretização de um projecto reformista, tendo em vista o lançamento das bases do ajustamento do nosso sistema judicial, centrado na prestação de melhor justiça para o cidadão.

Esse trabalho está concretizado nas suas bases programáticas, mas está muito longe de estar concluído.

A Justiça confunde-se, como disse Sophia de Mello Breyner, *“com aquele equilíbrio das coisas, com aquela ordem do mundo onde o poeta quer integrar o seu canto. Confunde-se com aquele amor que, segundo Dante, move o sol e os outros astros. Confunde-se com a nossa fé no universo. Se em frente do esplendor do mundo nos alegamos com paixão, também em frente do sofrimento do mundo nos revoltamos com paixão. Esta lógica é íntima, interior, conseqüente consigo própria, necessária, fiel a si mesma.”*<sup>1</sup>

Creio que este apelo interior, que nos move a procurar Justiça, a melhor Justiça, nos deve unir à volta do essencial, e deve ser luz para uma busca sincera do futuro da Justiça em Portugal, liberta de considerações individualistas, de grupo ou político-partidárias.

7. Sem esquecer que este é o centro das nossas motivações, é também evidente que o tempo que vivemos nos vai colocando diferentes desafios.

---

<sup>1</sup> Texto lido em 11 de Julho de 1964 no almoço de homenagem promovido pela Sociedade Portuguesa de Escritores, por ocasião da entrega do Grande Prémio de Poesia, atribuído a Livro Sexto.



Hoje sentimos de forma premente a falta de solidez financeira do Estado e a necessidade de ajustar as reivindicações e expectativas das profissões à realidade que temos. Torna-se, por isso, necessário, sem esquecer o que de profundo nos move, encontrar formas de solução para o que pragmaticamente nos preocupa. Se me parece evidente, no que à Justiça diz respeito, que há um núcleo que os poderes públicos sempre reservaram para si, em particular no Estado Social, haverá aspectos que podem e devem ser ponderados em face da situação real que vivemos.

**8.** A função de julgar é precisamente aquela que a colectividade, desde as suas mais primitivas organizações, reclama para si. O poder de julgar, o direito de que alguém independente julgue as condutas dos seus pares, aplique as necessárias penas ou decida as questões, desde cedo foram reconhecidas como indispensáveis para assegurar a paz pública e uma adequada convivência social.

Este poder, que já foi do ancião da comunidade, dos cidadãos gregos reunidos em assembleia, já foi régio e é hoje republicano e democrático, representa uma parte das funções públicas que não será afectada por eventuais alterações no conceito ou nos limites do Estado, máxime na vertente que respeita à tutela penal, até porque é um poder de soberania dos Estados.

Isso não significa que outros aspectos da administração da justiça possam e devam ser ponderados numa reflexão profunda sobre o papel do Estado. Todo o sector da justiça tem de ser ponderado à luz de novos critérios de exigência, que, a meu ver, não podem ser dissociados da discussão ora em cima da mesa sobre o papel do Estado.

**9.** É urgente, por isso, promover formas inequívocas de responsabilização e prestação de contas no sector da Justiça, designadamente no que respeita ao funcionamento dos tribunais, para garantir que os cidadãos reconheçam que os sacrifícios por si feitos se justificam numa boa prestação de justiça, a diversos níveis.

Neste sentido, tenho assumido por diversas vezes que considero que a legitimação da Justiça passa por um aumento da eficiência e da eficácia dos tribunais.



É neste contexto que se situa a grande reforma da organização judiciária, aprovada, na generalidade, no passado dia 21 de Dezembro, pela Assembleia da República, da Lei da Organização do Sistema Judiciário.

Esta reforma trará ganhos significativo ao nível dos serviços prestados, e um significativo acréscimo de especialização. Mas também trará mais eficiência e profissionalismo à administração dos tribunais, que fica dotada de mecanismos de gestão, responsabilização e de prestação pública de contas, bem como a previsão de incentivos, num sistema de justiça que se quer mais flexível, mais transparente e mais sensível e ajustável às reais necessidades das pessoas e das empresas.

**10.** Também aqui se insere o novo Código de Processo Civil, recentemente aprovado pela Assembleia da República, que, ao privilegiar a verdade material em detrimento da verdade formal e ao estabelecer o reforço dos poderes do juiz na direcção dos processos, traz reais possibilidades de aumento da qualidade e da celeridade da resposta da Justiça.

Estas leis, a par da reforma intercalar do Código Penal e do Código de Processo Penal e de outras leis já aprovadas, bem como da reforma Código do Procedimento Administrativo, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, representam as fundações de um novo sistema de administração da justiça, que urge implementar.

**11.** O trabalho a fazer exige o envolvimento empenhado dos Conselhos Superiores e das classes profissionais, porque sabemos que a boa resposta tem de passar pela participação de todos, aproveitando os diferentes perfis e os saberes daqueles que estão “no terreno” e que há muito reflectem sobre o sistema da justiça e a sua organização.

É por isso que renovo o apelo que tenho feito repetidas vezes: importa criar consensos na Justiça.

A reforma da Justiça não se pode fazer, como sempre disse, contra as profissões jurídicas. Por isso mesmo, é legítimo exigir às profissões jurídicas um acréscimo



de responsabilidade para o diálogo constante e responsável, para a construção de alternativas credíveis, para soluções que dêem a resposta ajustada ao núcleo essencial de exigências que o saudável exercício da cidadania reclama.

De entre todas as reformas do Estado, a da Justiça, porque é a emanção de um poder-dever constitucional e não deve ser confundida com a reforma da Administração Pública, é uma das que mais exige de todos nós.

E é por isso que, no apelo ao consenso e à concertação estratégica, reafirmo que as reformas da justiça devem ser, como o têm sido, intensamente participadas e discutidas.

As reformas da justiça devem estar acima de disputas descontextualizadas e não podem ser utilizadas como armas de arremesso político-partidário. E não podem estar subjugadas a interesses sectoriais ou locais, em detrimento do interesse da comunidade e do País, e muito menos podem ficar reféns de quaisquer outros interesses.

**Senhor Presidente da República, Excelência**

**Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**

**Excelências,**

**12.** É sabido que o sistema de justiça não se esgota com a prolação de uma decisão.

No domínio penal, definida a justiça, importa cumpri-la, e não apenas formalmente, mas com um profundo empenho na recuperação dos indivíduos. É isso que nos impõe a Constituição e o Código Penal.

De facto, e parafraseando um título feliz de uma obra recentemente publicada por um recluso que concluiu o Mestrado no estabelecimento prisional de Paços de Ferreira, se “todo o homem é maior que o seu erro”, então, esta sua grandeza tem que ser acarinhada e promovida.

A aplicação de uma pena de privação da liberdade deve ser sempre entendida, para lá da sua vertente punitiva e preventiva, com uma finalidade ressocializadora, como uma etapa da vida do indivíduo, que visa a sua reintegração social.



Invoco também um álbum de fotografias e de textos co-editado em 2004 pelo Ministério da Justiça e pela Ordem dos Advogados, cujo título é igualmente significativo: “Prisões, espaços habitados”!

Nesse roteiro de imagens de alguns dos nossos Estabelecimentos Prisionais, acompanhado por sete textos imperdíveis, pretendeu-se mostrar que há vida, há motivações, há interesses e não apenas um arrastar do tempo, inútil, à espera que a liberdade entretanto adquirida seja a porta de entrada no quarto escuro de onde se saiu directamente para reclusão.

**13.** Estes dois títulos reflectem bem o nosso ponto de partida e o ponto onde queremos chegar.

Queremos que todos os reclusos tenham uma oportunidade de formação, de aprendizagem, de valorização profissional. E queremos que as prisões sejam espaços efectivamente habitados, com alma, e não sejam encaradas como depósitos de gente, encarcerados sem esperança nem tempo.

Os reclusos em Portugal têm um nome. E, acima de tudo, devem ter um futuro.

Aqueles que o queiram, deverão ter a possibilidade de aproveitar as oportunidades que o sistema crie para lhes dar as ferramentas necessárias a uma futura reinserção social.

Temos que transformar o custo do sistema prisional num investimento.

Investimento nas pessoas.

Investimento nas suas qualificações pessoais e profissionais.

Investimento no sistema produtivo, que pode ser criado a partir das estruturas para valorização dos reclusos.

**14.** Dentro desta perspectiva, gostaria de anunciar que o Ministério da Justiça está a ultimar um ambicioso, mas realista, “Plano Nacional para a Reabilitação e Reinserção (2013-2015)”, que irá ser apresentado a todos os parceiros, para audições, muito em breve, e que, logo que consensualizado, será submetido, mediante Resolução, a Conselho de Ministros.

A par do início da implementação do novo Mapa Judiciário (isto é, formação dos





conselhos de gestão, início de obras de reparação e adaptação, de complexidade diversa, e continuação dos trabalhos no âmbito do “Plano de Acção para a Justiça na Sociedade de Informação”, com especial ênfase para a consolidação das bases de dados de informação de todos os Tribunais Portugueses), este é verdadeiramente um dos maiores e mais complexos desafios que o Ministério da Justiça tem pela frente!

**15.** O “Plano Nacional para a Reabilitação e Reinserção” assenta numa estratégia estruturada em três princípios fundamentais de actuação: o princípio da Reabilitação do comportamento criminal, o princípio da Reinserção e responsabilidade social, e o princípio da Sustentabilidade do sistema de execução de penas e medidas.

O Plano constrói uma matriz de actuação modular a partir das seguintes áreas estratégicas: Ensino e Formação Profissional, Trabalho, Programas, Cultura e Desporto.

Tem como principal objectivo a melhoria das condições de reinserção social dos reclusos, apostando de uma forma inequívoca na vertente da reabilitação como principal meio de alteração de comportamentos e condutas delituosas, e estende as áreas de actuação e os respectivos actores, numa perspectiva de partilha, de co-responsabilização e de responsabilidade social, através de uma intervenção concertada entre diversos sectores do Estado e da sociedade civil, incorporando as sinergias específicas de cada um dos parceiros na prossecução dos objectivos e das metas preconizadas.

**16.** Neste sentido, este plano aposta nas vantagens de uma actuação concertada entre as instituições, promove o diálogo e a aproximação entre todos os sectores da administração do Estado, optimizando os recursos a envolver e tornando mais dinâmica, célere e eficaz a actuação das instituições.

O primeiro rosto desta aproximação serão os guardas prisionais que, hoje, com formação em direitos humanos, são quem começa por apostar no ensino de várias profissões.



Mas vamos ao mesmo tempo, apostar fortemente na ligação às empresas, apelando à sua responsabilidade social, e a um conjunto alargado de instituições que possam trazer valor a cada uma das áreas contempladas.

Por fim, a transparência das metas, a clareza das medidas e a pormenorização das acções a desenvolver são factores-chave para que esta estratégia seja conhecida por todos os intervenientes, perceptível pelos seus destinatários mas em especial, que informe a sociedade dos resultados da acção do Estado.

**Senhor Presidente da República,**

**Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**

**Excelências,**

**17.** Os desafios são imensos. Mas se o tempo presente é difícil, é também um momento de oportunidade, a tal palavra que arrancou a Fernando Pessoa a seguinte inspiração:

“Uma das palavras que mais maltratadas têm sido, no entendimento que há delas, é a palavra oportunidade. Julgam muitos que por oportunidade se entende um presente ou favor do Destino, análogo a oferecerem-nos o bilhete que há-de ter a sorte grande. Algumas vezes assim é. Na realidade quotidiana, porém, oportunidade não quer dizer isto, nem o aproveitar-se dela significa o simplesmente aceitá-la. Oportunidade, para o homem consciente e prático, é aquele fenómeno exterior que pode ser transformado em consequências vantajosas”.

**18.** Aproveitemos, portanto, a oportunidade, com a vontade e a determinação, sem as quais jamais conseguiremos ultrapassar a indiferença, que, quase sempre, conduz à apatia e à insensibilidade.

Muito obrigada!



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA